



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:
(DO SR. AIRTON DIPP)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Institui dedução especial, no âmbito do imposto de renda das pessoas físicas, para responsáveis por portadores de deficiência física ou mental.

DESPACHO: 19/11/97 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.800, DE 1993)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 6 / 1 / 98

REGIME DE TRAMITAÇÃO

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:
Comissão de:	Em: / /

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 3.880, DE 1997
(DO SR. AIRTON DIPP)

Institui dedução especial, no âmbito do imposto de renda das pessoas físicas, para responsáveis por portadores de deficiência física ou mental.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.800, DE 1993)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apense-se ao PL. 3880/93.
Em 19/11/97
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 3880, DE 1997
(Do Sr. Airton Dipp)

Institui dedução especial, no âmbito do imposto de renda das pessoas físicas, para responsáveis por portadores de deficiência física ou mental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Para efeito de apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, será admitida dedução especial limitada a R\$ 2.000,00 pelas despesas efetiva e comprovadamente realizadas no ano-base com dependente portador de deficiência física ou mental, especificamente pertinentes aos cuidados restritos ao tratamento da deficiência não abrangidos por outras deduções em vigor.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e aplica-se a partir do exercício financeiro subsequente.

JUSTIFICAÇÃO

Os responsáveis por dependentes portadores de deficiência física ou mental têm sua capacidade contributiva insquestionavelmente diminuída pelas despesas com cuidados extraordinários, indispensáveis para a sobrevivência digna desses seres humanos.

Acontece que, por outro lado, o vulto dessas despesas, freqüentemente excede em muito o teto permitido para os dependentes; de outra parte, a variedade dessas despesas muitas vezes extrapola as restrições estabelecidas pela legislação para deduções de natureza estritamente médico-hospitalar ou instrucional regular.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



O pesado encargo que representa a responsabilidade por dependentes físicos ou mentais costuma, em nosso país, recair brutalmente sobre os familiares próximos, já que o Estado, mal-aparelhado e orientado para outras prioridades, pouco tem a oferecer nesse domínio.

Trata-se de uma responsabilidade que se impõe incontornavelmente, à qual não é possível fugir, não se trata de uma escolha lúdica entre alternativas banais.

Existindo, no rol das deduções permitidas, diversas hipóteses de despesas cuja força de constrangimento é muito menor do que as que focalizamos, algumas das quais representam mesmo pura liberalidade, como as que se destinam a contribuições caritativas ou a investimentos culturais, parece-nos perfeitamente justa a presente reivindicação.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares à nossa iniciativa comprometida com o ideal da Justiça Fiscal e de uma Nação mais humana e mais compassiva para com seus cidadãos menos dotados.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1997.


Ailton Dipp
Deputado Federal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 3.800/93

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 10 de março de 1999, por cinco sessões. Esgotado o prazo não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 18 de março de 1999.


Eloízio Neves Guimarães
Secretário